



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº. 48 DE 16 DE MARÇO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E OS CRITÉRIOS PARA ORDEM CRONOLÓGICA, DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS REGIDAS PELA LEI Nº. 4.320, DE 14 DE MARÇO DE 1964 E LEI Nº. 8.666, 21 DE JUNHO DE 1993 NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE IRUPI/ES.

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, transparência e probidade;

CONSIDERANDO o disposto nos art. 5º e art. 40, XIV, “a” e §3º da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO que o recebimento do pagamento na sequência cronológica de sua exigibilidade constitui legítima expectativa daqueles que firmam relação jurídica contratual com a Administração;

CONSIDERANDO que o descumprimento da estrita ordem cronológica das exigibilidades dos pagamentos pela Administração, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, constitui ato ilícito, a revelar violação aos preceitos norteadores da Administração Pública insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal, notadamente os princípios da impessoalidade, da moralidade e da eficiência;

CONSIDERANDO que a garantia de pontualidade e de tratamento isonômico na satisfação das obrigações pecuniárias da Administração Pública frente a seus credores ao mesmo tempo em que mitiga os riscos da contratação, aumenta a competitividade das licitações;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES
GABINETE DO PREFEITO

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar internamente o processo de liquidação de despesas e de pagamento das obrigações, com vistas a transparência pública e o fomento ao controle social;

O Prefeito do Município de Irupi, Estado do Espírito Santo, Edmilson Meireles de Oliveira, no uso de suas atribuições:

D E C R E T A:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º. Este Decreto estabelece os critérios da ordem cronológica das obrigações contratuais financeiras, regidas pela Lei nº. 4.320, de 14 de março de 1964 e Lei nº. 8.666, 21 de junho de 1993, e sua divulgação no âmbito do Poder Executivo do Município de Irupi/ES;

Art. 2º. Todas as unidades gestoras integrantes do Poder Executivo incumbidas de gestão de obrigações de natureza contratual e onerosa deverão implementar procedimentos com vistas à observância das exigências legais para a liquidação de despesas e da ordem cronológica de pagamento nos termos deste Decreto.

Parágrafo Único. Entende-se por obrigação de natureza contratual e onerosa toda e qualquer obrigação assumida pelas unidades gestoras junto a fornecedores.

CAPÍTULO II
DA LIQUIDAÇÃO, REGISTRO E PAGAMENTO DAS DESPESAS

Art. 3º. O pagamento de despesas orçamentárias deverá respeitar a ordem cronológica das exigibilidades, considerando-se, sempre, cada fonte diferenciada de recursos e o código de especificação das fontes, dispostos separadamente por unidade gestora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES
GABINETE DO PREFEITO

Art. 4º. A ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras terá início na data do registro contábil da liquidação.

Parágrafo Único. O pagamento de obrigações financeiras consideradas de baixo valor, nos termos do §3º do art. 5º da Lei nº. 8.666/93, observado o valor total da contratação, poderá ser ordenado separadamente, em lista classificatória especial de pequenos credores.

CAPÍTULO III
DA ORDEM CRONOLÓGICA DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º. É vedado o pagamento de despesas em desacordo com a respectiva ordem cronológica de exigibilidade, exceto quando comprovado prejuízo ao interesse público e situações extraordinárias, tais como as arroladas a seguir, exemplificativamente:

- I - para evitar ameaça de interrupção dos serviços essenciais da Instituição ou para restaurá-los;
- II - demandas de ordem judicial;
- III - determinações de órgãos de controle;
- IV - estado de emergência e calamidade pública;
- V - para afastar o risco de prejuízo ao erário, se houver indícios de falsidade ou de irregularidade na liquidação da despesa, que resulte em dúvida quanto à certeza e liquidez da obrigação;
- VI – ausências, divergências e alterações informações ou outras situações que envolvam os credores, não sendo possível a comunicação com os mesmos para saneamento.
- VIII – Outras situações atípicas e de relevante interesse público.

Art. 6º. Os pagamentos realizados nos termos do art. 5º deste Decreto serão precedidos de justificativas, evidenciando as relevantes razões de interesse público pela inobservância a ordem cronológica, e abonadas por autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO IV
DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Art. 7º. Fica assegurada a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, de informações sobre a ordem cronológica de Pagamentos das unidades gestoras do Poder Executivo do município, em meios eletrônicos de acesso público, recomendando-se a divulgação da lista das exigibilidades das obrigações financeiras, a qual conterà, no mínimo:

- I** - identificação da fonte de recurso;
- II** - número e data do registro contábil da liquidação em sistema informatizado;
- III** - nome e CPF/CNPJ do credor;
- IV** – data de vencimento para pagamento;
- V** – histórico de liquidação;
- VI** – valor liquidado;
- VII** – valor pago;
- VIII** - informação acerca de eventual inobservância da ordem cronológica, nos termos do art. 5º.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. Não se sujeitarão a este Decreto os pagamentos decorrentes de:

- I** - suprimimento de fundos, assim consideradas as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do art. 68 da Lei nº. 4.320/64;
- II** - remuneração e outras verbas devidas a agentes públicos, inclusive as de natureza indenizatória;
- III** - órgãos e concessionárias públicas de energia elétrica, água e esgotos, telefonia fixa e móvel, correios e postagem em geral, publicações de atos oficiais e outros similares;
- IV** - obrigações contributivas, previdenciárias e tributárias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES
GABINETE DO PREFEITO

V - necessários para dar cumprimento à ordem judicial, depósitos judiciais, precatórios, multas, custas judiciais e taxas de entidades governamentais ou decisões do Tribunal de Contas;

VI - repasses às organizações da sociedade civil ou subvenções sociais e econômicas;

VII - transferências que se fundamentem no art. 26 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000;

VIII - devoluções de tributos municipais;

IX - devoluções de transferências voluntárias;

X - repasses ao Poder Legislativo, Regime Próprio de Previdência Social, autarquias, fundos e entidades da administração indireta; e

XI - outras despesas que não sejam regidas pela Lei nº. 8.666/93.


Art. 9º. Os titulares integrantes da estrutura organizacional das unidades gestoras se obrigam a cumprir e a zelar pelo fiel cumprimento dos procedimentos estabelecidos neste Decreto.

Art. 10. Em caso de dúvidas ou inconsistências pertinentes à observância da Ordem Cronológica de Pagamentos deverá ser procurada a Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Irupi.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

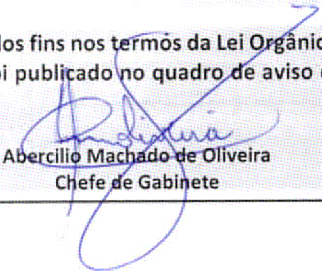
Registre-se, publique-se, cumpra-se e archive-se.

Irupi - ES, 16 de março de 2021.


EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Certidão de Publicação

Certifico para os devidos fins nos termos da Lei Orgânica Municipal, que o presente Decreto foi publicado no quadro de aviso da Prefeitura em 16 de março de 2021.


Abercilio Machado de Oliveira
Chefe de Gabinete